INTERESSADO: FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE PENÁPOLIS

ASSUNTO: Convalidação de atos escolares

RELATOR: Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI

PARECER CEE Nº 428/75; CSG; Aprov. em 05/02/74

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Penápolis, da Cidade de Penápolis, Estado de São Paulo, solicita ao Conselho Estadual de Educação a convalidação de atos escolares relativos ao segundo grau de SHIOKO NITA, concluinte do curso de Licenciatura de Desenho e Plástica na citada escola superior.

2. A fls. 02 o Diretor da referida Faculdade esclarece:

"SHIOKO NITA prestou concurso vestibular nesta Faculdade em janeiro de 1968. Tendo sido classificada e munida da documentação necessária, fez matrícula na Licenciatura de Desenho e Plástica.

Aos 09 dias do mês de setembro de 1970, quando já cursava o 4º semestre da Licenciatura, entrou com um requerimento (Doc.1) junto à Secretaria, pedindo permissão para trocar seu Certificado de aprovação em madureza expedido pelo Colégio "Rui Barbosa", Curso de Madureza - 1967, tendo em vista sua anulação pela Diretoria do Ensino Secundário.

O Secretário da Faculdade, tendo em mãos o Parecer CFE nº 482 de 09 de julho de 1969 de lavra do Conselheiro Vandick L. da Nóbrega (Doc.II), julgou, a priori, a validade legal da operação e efetuou as trocas dos Certificados. Entregou à aluna o Certificado expedido pelo Colégio "Rui Barbosa" e recebeu os expedidos pelo Colégio Salesiano "Nossa Senhora Auxiliadora" de Campinas (Doc.III) e Estadual de Guaxupé (Doc. IV).

Acomodada a situação, a aluna continuou seus estudos, concluindo o curso em dezembro de 1973.

Ora se dá que:

- a) Os referidos atestados são datados de época posterior ao ingresso da aluna na Faculdade;
- b) O Parecer do nobre Conselheiro Vandick L. da Nóbrega é específico: Trata de um caso análogo em nome da ISAC CHEIDIDI SAND.

2. APRECIÇÃO

- 3- Comefeito, o parecer CFE n° 482/69, estabeleceu, em caso semelhante, o seguinte:

"A prestação de Exame de Madureza e a obtenção do certificado referente à conclusão do ciclo colegial sanam a irregularidade inicial, que não permitiu ao candidato o prosseguimento do Curso Superior. Não seria necessário exigir que ele repetisse o Concurso Vestibular e o primeiro ano do Curso de Direito para comprovar conhecimentos já aferidos anteriormente e considerados satisfatórios com os resultados das respectivas provas. Por isto, somos de parecer que, apresentada a prova de conclusão do ciclo colegial, deve o aluno poder prosseguir o seu Curso de Direito sendo, para todos os efeitos, convalidados os atos escolares de que participou na Faculdade".

- 4- Este Colegiado também já se manifestou em caso análogo, no Processo CEE n° 1046/71, nos termos do Parecer n° 2389/73, cuja conclusão reproduzimos:

"Assim sendo, entendemos que, tendo o interessado satisfeito as matérias faltantes com a realização de novos Exames de Madureza referentes ao curso ginásial, está regularizada a sua situação escolar subsequente, ou seja, os estudos equivalentes a nível colegial".

- 5- O estudo do protocolado evidencia que a aluna não agiu com má fé, tendo se prontificado a realizar outros exames, logo após a anulação geral dos exames de madureza prestados anteriormente.

II - CONCLUSÃO

Ante o exposto, e considerando que a interessada prestou novos Exames de Madureza referentes ao curso colegial a fim de substituir o Certificado anulado, entendemos estar regularizada a sua situação escolar em nível de 2° grau.

São Paulo, 22 de janeiro de 1975

a) Conselheiro ERASMO DE FREITAS NUZZI - Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA - A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu parecer o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros - Alfredo Gomes, Arnaldo Laurindo, Erasmo de Freitas Nuzzi, Hilário Torloni, José Augusto Dias, José Borges dos Santos Júnior e Lionel Corbeil.

Sala das Sessões, em 22 de janeiro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Vice-Presidente no exercício da Presidência.

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 5 de fevereiro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães
Presidente